

## ASSEMBLEIA DA APROPUC

# PROFESSORES REAFIRMAM MANUTENÇÃO DO CONTRATO DO 1º SEMESTRE

Os professores da PUC-SP reuniram-se mais uma vez em assembleia virtual para discutir a sua possível situação contratual ameaçada pelas deliberações do Consad para o segundo semestre de 2020.

Novamente os docentes relataram suas inquietações com as ameaças de que turmas não se completem e, com isso, terem reduzidos seus contratos. A preocupação se amplia por conta da pós-graduação que, além dos percalços da redução de alunos por conta da pandemia, enfrenta já desde 2019 o corte de bolsas das agências financiadoras encetado pelo desgoverno Bolsonaro.

Foi relatada a reunião mantida nesta semana entre os coordenadores de programas de pós-graduação e a Pró-Reitoria de Pós. Nela os coordenadores fizeram um painel sobre a situação dramática vivenciada pela Pós-Graduação, frisando que a situação deve piorar na medida em que as dissertações e teses forem depositadas, pois as novas bolsas não serão mais ofertadas.

Para os gestores de cursos de pós-graduação torna-se imperioso que a PUC-SP tome medidas urgentes, pois a vida dos docentes daquele setor será fortemente afetada, o que poderá repercutir nas próximas avaliações das instituições de fomento à pesquisa. Nesse sentido, os coordenadores resol-

veram enfatizar a necessidade de bolsas emergenciais. Assim surgiu a proposta de uma bolsa emergencial transitória, que cobriria os custos dos estudantes durante o período em que não receberem as bolsas Capes. Essa solicitação deverá ser encaminhada para o Consad.

Continua na página seguinte

### O que reivindicam os docentes

- ✓ Manutenção dos contratos de trabalho nas mesmas bases do primeiro semestre de 2020;
- ✓ Nenhuma demissão de docente ou funcionário na PUC-SP
- ✓ Elaboração de novas bases para o contrato docente que não se baseiem exclusivamente no número de alunos;
- ✓ Programas de pesquisa que realmente possibilitem aos docentes desenvolvimento intelectual e científico;
- ✓ Condições de trabalho adequadas enquanto durar a pandemia.

## ASSEMBLEIA DA APROPUC

### ON-LINE

**PAUTA:** CONTRATO DE TRABALHO DOCENTE  
ACORDO INTERNO DE TRABALHO 2020  
ADITIVO SOBRE TRABALHO NA PANDEMIA (Nota Técnica do MP)

05/08  
ÀS 17H

ENTRE EM CONTATO COM A APROPUC VIA WHATSAPP  
PARA RECEBER O LINK DA REUNIÃO - TEL: (11)3872-2685

APROPUC

### Continuação da página anterior

O Programa de Pós em Serviço Social, em documento anterior, já havia feito um extenso levantamento do impacto que os cortes de bolsas poderão provocar no Curso e levantado a necessidade de 21 bolsas integrais da Fundasp. O curso já havia também defendido a bandeira de não redução do contrato de professores no segundo semestre.

A situação é dramática, uma vez que, aos cortes já anunciados pela Capes, soma-se agora a suspensão das verbas vinculadas ao CNPq. O Programa de Pós em Serviço Social, único no Brasil com nota 7, deverá enfrentar uma redução de horas da ordem de 60 a 80 horas nos contratos de seus docentes, ou seja, dois contratos de 30-40 horas.

Outras unidades também relataram problemas semelhantes em seus cursos, tanto de pós como de graduação. A Faculdade de Economia e Administração, por exemplo, teve grande perda de horas com raros professores com tempo integral, o que é um parâmetro para a avaliação da Capes. Professores da Faculdade de Ciências Sociais também levantaram a hipótese de fechamento de turmas e a transformação de aulas presenciais em aulas de vídeo para que turmas reduzidas cumpram futuramente seus créditos.

Por outro lado vários professores lamentaram a responsabilidade que a reitoria joga sobre os coordenadores pelos "ajustes" reducionistas para amenizar e individualizar os eventuais choques que atingem professor por professor, caracterizando verdadeira guerra que fragmenta a categoria. Nesse sentido, a assembleia refletiu o papel que vem sendo exercido pelas últimas reitorias, de aceitação plena da separação de ajustes acadêmi-

cos (reitoria) e financeiro (Fundasp). E, este ano, a situação agravou-se, uma vez que a pandemia abre oportunidades jurídicas institucionais para o desmonte e destituição de direitos históricos dos professores da PUCSP, podendo redundar inclusive em demissões.

Por todos esses motivos, os docentes decidiram solicitar uma reunião emergencial com a Fundasp para tentar adiar a definição contratual prevista para 4/8, a fim de que não se cometa, como em semestres passados, o fechamento de turmas que posteriormente se viabilizariam com o ingresso de alunos em atraso com a matrícula financeira.

Por outro lado, essa reivindicação pontual não exclui a necessidade futura de uma revisão na sistemática do contrato de trabalho, que hoje se configura como uma ameaça ao pleno desenvolvimento das atividades docentes e de pesquisa e extensão na PUC-SP.

Para os presentes à assembleia, é necessária uma menor dependência do contrato ao número de alunos e um incremento de horas-pesquisa compondo a carga aula horária do professor. Sem isso, a PUC-SP caminha a passos largos para se igualar às universidades mercantilizadas que se espalham pelo país.

### CONDIÇÕES DE TRABALHO NA PANDEMIA

Outra situação lembrada na assembleia refere-se à atuação docente durante a pandemia. Em recente nota à comunidade, a Fundasp agradeceu o empenho de professores e funcionários durante o grave período de crise sanitária. Nada mais justo, uma vez que hoje o corpo docente da universidade enfrenta problemas graves, tanto de stress como financeiros. São inúmeros os professores que tiveram de se adequar tecnicamente para

viabilizar as aulas on-line. Os sistemas operacionais de computadores e as conexões de internet tiveram que ser substituídos e ampliados para uma comunicação mais eficiente, bem como subscrição de plataformas digitais como Zoom e outras. A PUC-SP ofereceu somente as plataformas Teams e Moodle, porém a infraestrutura operacional foi custeada pelos próprios docentes, que hoje se encontram com os mesmos salários do ano passado, sem nenhum tipo de reajuste.

### ELEIÇÕES PARA REITORIA

Os professores também criticaram o processo eleitoral ora em curso na universidade. Nos dias 3 e 4 de agosto deverá acontecer a inscrição de chapas para a consulta à comunidade e até agora somente uma chapa, a da atual reitora, se manifestou como potencial candidata.

O calendário eleitoral proposto em plena pandemia deve culminar com uma eleição online, o que resultará em um processo não democrático, uma vez que a possibilidade de surgimento de outras chapas ficou reduzida e os debates devem tornar-se por demais aligeirados. Mais grave, ainda. O processo se dá sem que tenhamos sequer publicado o novo Regimento da Universidade e, em consequência do prazo exíguo e impossibilidade de reuniões e trocas pessoais durante a pandemia, caso não haja chapa concorrente, o Consum deliberará pós-votação dois nomes a fim de compor a exigência de lista triplíce.

Nesse sentido seria oportuno e necessário um novo adiamento do processo de escolha para que houvesse um diálogo efetivo entre a comunidade e os candidatos. Mas, mesmo assim, encaminhou-se mais uma vez que as reivindicações docentes sejam colocadas para cada candidato, para que ele se posicione sobre possíveis encaminha-

mentos dos problemas apresentados, inteirando a comunidade sobre as propostas de um programa para desenvolvimento do futuro mandato de quatro anos.

### ACORDO INTERNO DE TRABALHO

A diretoria da APROPUC informou aos participantes da assembleia da reunião a ser realizada virtualmente no próximo dia 4/agosto entre a associação e o padre Rodolpho Perazzolo, Secretário Executivo da Fundasp, para discutir a assinatura do acordo interno de trabalho.

A discussão foi paralisada por conta da pandemia e ainda havia algumas cláusulas em negociação, como a gratuidade de uma segunda graduação para dependentes de professores, o período de estabilidade pré-aposentadoria, os prazos para recebimento do auxílio-doença e a estabilidade dos diretores da APROPUC.

Os professores do ensino superior do Estado de São Paulo estão levantando a discussão da validação da Convenção de Trabalho por um período de dois anos, em função dos percalços enfrentados na pandemia. As mantenedoras já concordaram com a maioria das cláusulas sociais, porém insistem na manutenção do reajuste zero no período.

Nova assembleia da APROPUC está agendada para acontecer virtualmente em 5/8, quando serão debatidos os encaminhamentos referentes ao contrato de trabalho.

### EM TEMPO:

Ao encerrarmos esta edição a APROPUC recebia um comunicado do padre Rodolpho Perazzolo afirmando que deverá discutir os contratos dos professores na reunião já agendada para 04/8. Por outro lado a reitora professora Maria Amalia agendou reunião com a APROPUC para 03/8, às 11h.

# Funcionários decidem solicitar manifestação do Consun sobre o Ato 09/2020 da FUNDASP

Reunidos em assembleia, na terça-feira 28/7, os funcionários administrativos da PUC-SP avaliaram ser imprescindível ouvir a posição do CONSUN quanto ao teor do Ato que pela Mantenedora foi publicado, que trata da participação dos funcionários no processo de consulta para escolha do(a) Reitor(a).

A normativa (que não foi publicada no site da mantenedora), estabeleceu que terão direito a voto "somente os funcionários administrativos ligados à academia ou alocados em suas unidades suplementares". O documento arrolou 16 setores que não terão direito de participar do processo de escolha, entre eles a Divisão de Recursos Humanos (DRH), a Divisão de Serviços Administrativos e Suprimentos (DSAS), a Divisão de Tecnologia e Informação (DTI), a Contabilidade, entre outros, finalizando com "demais/eventuais setores que sejam diretamente ligados à administração da Fundasp, que venham a ser criados, ou a ela incorporados".

A AFAPUC enviou em 22/07/2020 ofício à Mantenedora solicitando a revogação do documento, na tentativa de preservar a democracia na Universidade, bem como, a Deliberação do CONSUN que rege a matéria e que assegurou o direito a voto a todos funcionários administrativos da PUC-SP que prestem serviço à Universidade. Solicitou, ainda, que mantida a vigência de tal Ato que a FUNDASP in-

formasse a fundamentação que embasou a decisão, assim como os critérios técnicos administrativos e acadêmicos para tal imposição, para que pudessem ser debatidos plural e democraticamente na comunidade para sua deliberação.

Em 28/07 a Fundasp, enviou ofício para a Associação, informando que mantinha a vigência do Ato publicado, reiterando a fundamentação já contida no documento e sua decisão de não permitir que os funcionários ligados diretamente à Fundasp tenham direito a voto.

A avaliação dos funcionários é que essa medida contradiz a história da nossa Universidade, que sempre lutou pela preservação da democracia, fragmenta o corpo administrativo e retira sua legitimidade enquanto categoria uma vez que, na prática, a está dividindo em "funcionários FUNDASP" e "funcionários PUC", embora afirme que todos somos contratados pela Mantenedora. Avaliaram, também, que tal Ato não levou em consideração a decisão do Consun, que estipula que serão votantes "todo professor do quadro pessoal e todo funcionário do quadro administrativo que mantenha vínculo com a Fundasp, que preste serviços à PUC-SP e esteja no efetivo exercício de suas funções na data em que a lista efetiva de votantes for publicada".

Essa atitude surpreendeu os funcionários que sempre viram nos veículos

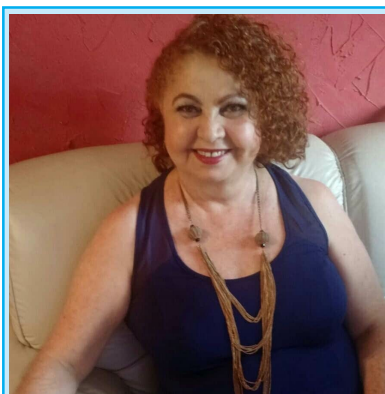
de comunicação, internos e externos a Universidade, uma postura democrática e combativa dos nossos gestores, na defesa dos direitos humanos, dos mais fracos e oprimidos e, principalmente, da preservação da democracia em nossa sociedade, principalmente no momento em que a Igreja Católica, através de seu mandatário supremo, o Papa Francisco, prega valores como solidariedade e livre participação.

Por tudo isso os funcionários resolveram solicitar uma manifestação do Consun, órgão máximo e paritário da nossa comunidade, para que democraticamente esta questão possa ser discutida, na expectativa de que possa ser devolvido aos funcionários o

direito democrático de voto na escolha do Reitor, que desde a instauração da eleição direta por D. Paulo vem sendo respeitado.

## ESTATUTOS DA AFAPUC

A assembleia também discutiu as mudanças que se fazem necessárias no estatuto de sua entidade. Nesse sentido aprovou-se que a AFAPUC envie uma minuta com as propostas das possíveis alterações no estatuto para que os associados possam fazer suas contribuições, através de email. A diretoria da AFAPUC se comprometeu a encaminhar essa proposta o mais breve possível, para que os associados possam estar participando dessa construção conjunta.



**ROSANGELA  
SOUZA**

Faleceu, no dia 25/7, vítima da Covid-19, a funcionária do Hospital Santa Lucinda de Sorocaba, Rosângela Souza. Nascida em 21/3/56, Rosângela trabalhava no setor de Contas Médicas do Hospital. Durante a sua passagem pela PUC-SP foi tesoureira da AFAPUC e

também diretora do Sindicato de Saúde de Sorocaba. Para Claudemir de Gois Vieira, secretário da AFAPUC em Sorocaba, Rosângela deixará muita saudade na comunidade puquiana de Sorocaba porque era uma pessoa que todos queriam bem pelo seu companheirismo e amizade.



# MP divulga documento para a proteção dos docentes durante a pandemia

A APROPUC informou na assembleia sobre a Nota Técnica 11/2020 GT COVID 19, do Ministério Público do Trabalho, que estabelece normas de proteção docente durante a pandemia.

O texto assinala, entre outras recomendações, que "horas excessivas e sobrecarga de trabalho não podem ser permitidas. As atividades docentes devem adequar-se à jornada contratual, consi-

derando as aulas, o tempo de preparação das atividades e de adaptação ao novo modelo, o acompanhamento dos alunos e o período de avaliação". O documento reconhece que as aulas por meio virtuais geram maior desgaste e isso deve ser levado em conta na distribuição dos tempos de trabalho.

Sobre a redução de carga horária e salário, a norma técnica é explícita: "a redução de

jornada ou a suspensão do contrato de trabalho, nos termos da Medida Provisória n. 936/2020 [Lei 14.020] somente são admissíveis se efetivamente houver efetivamente, a redução na carga horária de trabalho".

A nota técnica também garante o respeito à liberdade de cátedra e expressão, assim como assegura o direito autoral sobre o material usado em sala de aula

pelo professor e garante a proteção do conteúdo de aula estipulando a "proibição de fotografar, gravar, registrar, compartilhar ou divulgar, por qualquer outro meio, a imagem, a voz ou o conteúdo autoral do professor".

A nota já foi motivo de matéria no PUCviva, Edição Especial nº 16, e pode ser encontrada na íntegra em [www.sinprosp.org.br/noticias/3994](http://www.sinprosp.org.br/noticias/3994)

## 22 de agosto divulga nota de pesar pelo falecimento de José Mentor

*No último dia 25/7 faleceu o ex-deputado e fundador do PT José Mentor. A carreira política de José Mentor teve início na PUC-SP onde se formou na Faculdade de Direito e atuou nas lutas contra a ditadura militar no CA 22 de Agosto. Nesse sentido o CA de Direito presta uma homenagem a José Mentor divulgando uma nota de pesar.*

"O Centro Acadêmico 22 de Agosto lamenta o falecimento de José Mentor, ocorrido na madrugada de sábado (25) em razão de Covid-19.

Mentor teve uma importante trajetória no movimento estudantil, tendo construído o Centro Acadêmico 22 de Agosto, o DCE-Livre da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e ajudado a reconstruir a União Estadual dos Estudantes (UEE-SP) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), durante o regime militar, época em que as entidades estudantis foram banidas e passaram a se

organizar clandestinamente. Por ter participado do histórico Congresso de Ibiúna, em 1968, foi preso e levado com centenas de estudantes para o Batalhão de Polícia.

Mesmo depois de formado, coordenou o Departamento Jurídico 22 de Agosto, com o fim de assessorar juridicamente as comunidades, associações e movimentos sociais da periferia de São Paulo, passando a apoiar, nesse mesmo ano, as famílias de Vila Heliópolis, que buscavam o direito à moradia.

José Mentor teve uma trajetória de vida marcada pela militância e combatividade. Foi deputado estadual constituinte em 1989, vereador em São Paulo por três mandatos - inclusive líder da Bancada do PT na Câmara - e deputado federal de 2002 a 2018, além de dirigente partidário.

O Centro Acadêmico 22 de Agosto manifesta sua solidariedade a familiares e amigos.

**Centro Acadêmico 22 de Agosto - Gestão Contestação".**

## Núcleo de Estudos da Violência da USP condena perseguição político-ideológica

O Núcleo de Estudos da Violência de USP, em carta aberta, mostra indignação com a perseguição política-ideológica do governo. Em junho o ministério da justiça, de forma sigilosa, criou uma lista, através da Diretoria de Inteligência da Secretaria de Operações Integradas, com nomes, fotos e documentos de servidores públicos da segurança e professores universitários que se manifestam contra o fascismo.

O procedimento também é vedado pela constituição federal de 1988, em cujo texto toda perseguição política-ideológica é ilícita.

A afronta à liberdade de expressão e opinião do governo atual retoma as práticas da ditadura militar repudiadas por toda sociedade.

A lista reúne nomes como o Professor Paulo Sérgio Pinheiro, um dos fundadores do NEV e Relator da Organização das Nações

Unidas (ONU) para a situação de Direitos Humanos na Síria.

A Associação dos Professores da PUC-SP também repudia a perseguição de pessoas que por expressarem a sua opinião contrária ao regime têm seus direitos cerceados

## FILHA DE DJAMILA RIBEIRO É AMEAÇADA

A filha da intelectual, escritora e professora da PUC, Djamila Ribeiro sofreu ameaças redes sociais.

A adolescente de 15 anos recebeu mensagens no celular após sua mãe, Djamila, fazer uma postagem sobre desinfecção de táxis na pandemia.

A professora teve o vídeo distorcido por algum internauta onde a acusa de inimiga das empregadas domésticas, contra a greve dos motoboys e da classe trabalhadora.

## Movimentos sociais repudiam regulamentação sobre acolhimento de adolescentes

A Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (RENILA) repudia a regulamentação que acolhe adolescentes em comunidades terapêuticas, aprovada pelo Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD).

No dia 6 de julho de 2020 o

CONAD aprovou que jovens com idade entre 12 e 18 anos, incompletos, que façam abuso de álcool ou outras drogas, podem ser acolhidos em comunidades terapêuticas de maneira voluntária ou com autorização prévia.

O movimento social publicou

uma carta de denúncia e repúdio ao CONAD, onde afirma que o órgão, que perdeu sua legitimidade, é uma extensão do estado e possui políticas que violam os direitos humanos. Também foi denunciada a presença de grupos de interesses religiosos que se apro-

priam das funções do Estado e afastam diretrizes científicas.

A denúncia aponta um retrocesso onde há o interesse na destruição da essência do SUS e a violação dos princípios do ECA e dos movimentos sociais que lutam em defesa das crianças e adolescentes.